

Possibilidades de contribuição da educomunicação para o Programa de Inovação Educação Conectada¹

João Djane Assunção da SILVA ²

Lígia Beatriz Carvalho de ALMEIDA ³

Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB

RESUMO

Considerando a formação social das crianças brasileiras para a mídia, reflete-se sobre as potencialidades de se articular a educomunicação ao Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC), programa do Governo Federal recém lançado que visa a inserção de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) no ambiente escolar, disponibilizando recursos para a implantação das TDICs nas escolas públicas de educação básica. A partir dos pensamentos de Martín-Barbero (2002), Setton (2002) e Carvalho (2013), aborda-se a dimensão social das mídias na educação escolar. Ao considerar os desafios do ensino-aprendizagem utilizando as TDICs, recorre-se à Rangel (2005) e Valente (2005). São apresentados os princípios da educomunicação, informações sobre o PIEC e suas prováveis limitações ao desenvolvimento de ações educacionais.

PALAVRAS-CHAVE

Educação escolar; TDICs; Educomunicação; Programa de Inovação Educação Conectada; Mediação Tecnológica na educação.

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda possíveis contribuições do *Programa de Inovação Educação Conectada* (PIEC) para a educomunicação e a educação para a mídia. Lançado há poucos meses pelo Governo Federal, ele prega a universalização do acesso à internet em alta velocidade e o estímulo ao uso pedagógico de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) na educação pública básica.

Contemporaneamente, estudos analisam as possibilidades de aproveitamento das TDICs no ambiente formal de ensino, no entanto poucos as relacionam, de forma ampliada, à formação para a comunicação dialógica ou à formação social para a mídia,

¹Trabalho apresentado na DT 6 - Interfaces Comunicacionais do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 5 a 7 de julho de 2018.

²Bacharel em Comunicação Social com linha de Formação em Educomunicação pela UFCG. E-mail: joaodjane@gmail.com. Integrante do Grupo de Pesquisa EpisCom da UFCG.

³Professora Adjunta do curso de Comunicação Social com linha de formação em Educomunicação da UFCG. Dra. em Educação e Ma. em Comunicação Midiática pela UNESP. Bacharel em RTV pela USP, Pedagoga pela USC. E-mail: ligiabia@gmail.com. Integrante do Grupo de Pesquisa EpisCom da UFCG.

entrelaçando a tecnologia à dimensão cultural e social da vida das pessoas. O debate dificilmente considera o papel da escola como instituição socializadora, necessariamente alinhada aos avanços científico-tecnológicos que modificam as relações humanas e suas práticas de socialização.

No que tange à comunicação, preocupação central da educomunicação, a principal inovação é que na sociedade conectada via rede mundial de comunicação os cidadãos podem se empoderar e se apoderar das TDICs para exercer seu direito de acesso à informação e à expressão, colaborando com a livre circulação de ideias e de informações no espectro social. Como consequência, observa-se uma transformação nas relações de poder: até pouco tempo era monopólio dos empresários da mídia praticar a comunicação massiva, agora é possível ao cidadão comum comunicar-se com um coletivo de pessoas usando as redes sociais.

Constata-se, porém, que somente o acesso à tecnologia e aos meios de comunicação não garante que o cidadão exerça tais direitos de forma crítica e consciente. É preciso que ele: a) entenda a função da comunicação na sociedade e a responsabilidade social do emissor, ou interlocutor, sobre as ideias que ele propaga; b) conheça as características das diferentes linguagens midiáticas; c) saiba operar a tecnologia e d) compreenda o potencial de articulação coletiva inerente a comunicação dialógica nas redes sociais digitais.

A educação para a mídia, ou educação para a comunicação, é fundamental na formação dos cidadãos. Cabe ao Estado assegurar que crianças e jovens usufruam desses direitos. A escola é o local privilegiado para a formação e a inserção dos cidadãos na nova esfera da comunicação social: a comunicação digital, democrática e pública. A inserção das TDICs nas escolas, como propõe o PIEC, pode oferecer às crianças, além da oportunidade de aprender conteúdos curriculares, a chance de desenvolver competências para a comunicação digital. Resta saber se há convergência dos objetivos da educomunicação, da educação escolar e do PIEC para defender que o PIEC abra espaço na escola para práticas educacionais, condição a ser analisada a seguir.

EDUCOMUNICAÇÃO

A educomunicação, cunhada no bojo dos movimentos sociais democráticos latino-americanos, dedica-se a ampliar a capacidade de expressão das pessoas e a expandir sua consciência crítica sobre o papel da comunicação nas sociedades complexas

contemporâneas, incluindo desde a comunicação direta e a comunicação mediada até a atuação dos oligopólios de mídia.

Por intermédio da gestão horizontalizada e participativa da comunicação, desenvolve diagnósticos, planejamentos, aplicação e avaliação de atividades de intervenção utilizando linguagens, processos e tecnologias da comunicação que possibilitem: a) incluir sujeitos e promover a relação dialógica em ecossistemas comunicativos⁴; b) motivar para a construção de conhecimento e c) fomentar a articulação coletiva. Na comunicação dialógica, todos os indivíduos do ecossistema comunicativo têm direito igual a fala, não existindo hierarquia autoritária e privilégios de fala e opinião.

É um campo amplo com diversas áreas de atuação. A princípio, a existência de tecnologias e do acesso à internet, objetivo do PIEC, proporcionará a estrutura necessária para a implantação na escola de atividades educomunicativas em pedagogia da comunicação, educação para a comunicação, mediação tecnológica, expressão pelas artes, produção midiática e gestão da comunicação. Contudo, os objetivos declarados pelo PIEC concentram-se somente na mediação tecnológica e na pedagogia da comunicação.

Na *pedagogia da comunicação*, o educador usa recursos da comunicação para motivar a aprendizagem escolar. A *mediação tecnológica* foca na inserção da tecnologia nas comunidades educativas para ampliar as possibilidades de criação de conhecimento. A *educação para a comunicação* visa ampliar a capacidade de expressão das pessoas e expandir sua consciência crítica sobre o papel da comunicação nas sociedades. *Expressão pelas artes* é o recurso para, usando linguagens artísticas, estabelecer diálogos pela emoção e incluir indivíduos à margem de ecossistemas comunicativos. Em *produção midiática* produz-se textos midiáticos, como vídeos, áudios, revistas, jornais, gibis, fanzines, que serão utilizados em processos de ensino-aprendizagem. A *gestão da comunicação* ocupa-se de otimizar, planejar, implantar e avaliar sistemas dialógicos e participativos de comunicação nos ecossistemas comunicativos.

DIMENSÃO SOCIAL DAS MÍDIAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Entende-se mídias como o conjunto de aparatos tecnológicos e veículos de comunicação social que possibilitam não somente o acesso e a difusão dos mais variados sistemas de dados e informações, como também a inserção do indivíduo na comunicação

⁴ Ecossistemas comunicativos são os processos que permitem a interação entre os elementos de uma comunidade, ou entre diversas comunidades e destas com o meio circundante.

dialógica e na cultura midiática. A concepção inclui as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)⁵, e mais recentemente, com a conexão à internet, as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs)⁶.

Na atualidade, as mídias exercem grande influência no dia-a-dia das pessoas. No Brasil, o avanço das TDICs acarretou novas formas de interação com as tecnologias informacionais e meios de comunicação na vida privada e na pública, transformando processos de socialização. Elas também impactaram o ambiente escolar. A escola continua sendo uma das principais instâncias socializadoras, contudo, o conhecimento está cada vez mais descentralizado em consequência da sua difusão pelas TDICs.

Para Jesus Martín-Barbero (2002), não há como ignorar que principalmente as crianças e jovens estão diariamente submetidos a emergência de diversos processos comunicacionais, responsáveis pela produção de cultura e de novas sensibilidades.

Nessa perspectiva, Martín-Barbero propõe uma configuração escolar em que múltiplos saberes convergem para a formação cultural dos indivíduos a partir da sua interação com outras instâncias sociais. Todavia, ele censura a crença de que o ambiente formal de ensino é o único lugar de produção do conhecimento historicamente legitimado.

Dos mosteiros medievais às escolas de hoje, o conhecimento manteve o caráter de ser territorialmente centralizado, controlado por dispositivos técnico-políticos e associado à atores sociais de categoria especial. Assim, as transformações nas formas pelas quais o conhecimento circula constituem uma das mais profundas transformações que a sociedade poderia sofrer. A dispersão e a fragmentação pelas quais a mídia é responsabilizada como se fosse delas um efeito perverso, adquirem no plano das relações entre produção social e conhecimento um sentido diferente, disperso e fragmentado, pois o conhecimento é capaz de escapar ao controle e à reprodução predominantes em seus lugares legitimados de circulação⁷ (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 2, tradução nossa).

⁵Entre as décadas de 1970 e 1990 ocorreram as principais mudanças no campo tecnológico. Essas mudanças revolucionaram todo o sistema social e promoveram o desenvolvimento mundial, caracterizado pela aplicação imediata da tecnologia gerada. Assim, o mundo ficou conectado por meio da Tecnologia da Informação e principalmente em função da Internet (PEREIRA; SILVA, 2012, p. 170-171).

⁶[...] se diferenciam das TICs pela aplicação das tecnologias digitais, para exemplificar a diferença é possível fazer a analogia das diferentes lousas disponíveis atualmente, entre a lousa analógica e a digital. Um quadro negro ou lousa analógica é uma inovação tecnológica se comparada à pedra, portanto é uma TIC, já a lousa digital é uma TDIC, pois agrega em sua arquitetura a tecnologia digital, ao conectá-la a um computador, ou projetor é possível navegar na internet, além de acessar um banco de dados repletos de softwares educacionais, dependendo do modelo (FONTANA; CORDENONSI, 2005, p. 108-109).

⁷*Desde los monasterios medievales hasta las escuelas de hoy el saber había conservado el carácter de ser a la vez centralizado territorialmente, controlado a través de dispositivos técnico-políticos, y asociado a figuras sociales de rango especial. De ahí que las transformaciones en los modos cómo circula el saber constituya una de las más profundas transformaciones que una sociedad puede sufrir. La dispersión y fragmentación, de las que a ese respecto se culpa a los medios como si de un efecto perverso se tratara, adquieren en el plano de las relaciones entre producción social y conocimiento un sentido muy otro, ya que es disperso y fragmentado como el saber está pudiendo escapar al control y la reproducción imperantes en sus legitimados lugares de circulación.*

Para Setton (2002) tanto escola quanto mídias⁸ são importantes instâncias de socialização do indivíduo que, embora ofereçam ritos pedagógicos diferenciados entre si, têm responsabilidade na formação socioeducativa dos indivíduos ao direcionarem a sua visão de mundo. “Em uma situação de modernidade, faz-se necessário problematizar as relações de interação, conflitivas ou harmoniosas, entre os espaços socializadores e agentes socializados” (SETTON, 2002, p. 109).

Martín-Barbero e Setton, creem que a formação socioeducativa cultural dos indivíduos advém da maneira como eles se relacionam com os diversos processos simbólicos aos quais estão submetidos, figurando a mídia e a comunicação entre eles.

É forçoso observar que os debates educativos, à medida que se aproximam da especificidade das transformações culturais do mundo moderno, se abrem para o caráter interdisciplinar das questões educacionais. A escola como instituição, seus currículos, professores e profissionais da educação em geral, não podem deixar de se preocupar com as peculiaridades da prática educativa contemporânea. Ou seja, a educação no mundo moderno não conta apenas com a participação da escola e da família. Outras instituições, como a mídia, despontam como parceiras de uma ação pedagógica (SETTON, 2002, p. 109).

Assim, os educadores são necessariamente subordinados à lógica social contemporânea e precisam repensar as práticas escolares para além dos muros da escola. Carvalho (2013) alerta os pesquisadores para evitarem fossos reducionistas e a reprodução de “slogans educacionais”, que sustentam muitas das teorias atuais.

Um equívoco comum de pesquisadores, que buscam trazer novas reflexões sobre as possibilidades das mídias como ferramentas didático-pedagógicas e sua inserção nas práticas escolares cotidianas, é desconsiderar as peculiaridades que regem a organização escolar e a fundamentação dos seus currículos disciplinares, assim como o entrelaçamento entre mídia e cultura e entre as TDICS e a comunicação dialógica. Importa considerar o receio de educadores de que a abertura da escola às práticas *não tradicionais* coloque em risco a autoridade docente. Contudo, se não é mais só a escola que educa o indivíduo, a sala de aula continua sendo o ambiente onde o aprendizado não ocorre de maneira accidental, estando historicamente submetido a “regras, saberes e inclusive hierarquias que lhes são peculiares” (CARVALHO, 2013, p. 94).

⁸A autora também considera a família uma das mais fundamentais instituições socializadoras do indivíduo. Para este estudo foi relevante apenas destacar a relação entre as outras duas instâncias citadas, ou seja, a escola e a mídia.

Entende-se que antes de lançar teorias “futuristas” sobre a implementação das TDICs no ambiente escolar, é preciso respeitar as práticas tradicionais da escola, bem como compreender as mídias como elementos para auxiliar o trabalho docente, motivar e significar a aprendizagem e, principalmente, pensar a tecnologia para além de seu uso exclusivamente tecnicista/instrumental e esvaído de criticidade. Esse ideal será atingido quando as políticas públicas voltadas para a inclusão das mídias na escola considerarem que “a inovação tecnológica, não acompanhada pela inovação pedagógica e por um projeto educativo, representará mera mudança superficial dos recursos escolares e não alterará substancialmente a natureza das práticas culturais nas escolas” (PIMENTEL 2012, p. 98).

TDICs E OS DESAFIOS PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM

Não é de hoje que se debate a comunicação enquanto processo social que exerce significativa influência no comportamento humano. Continuamente observa-se o impacto do avanço das TDICs sobre a forma como crianças e jovens constroem conhecimento. Tal conjuntura revela que entender os processos comunicacionais como intrínsecos à dinâmica social e relacioná-los ao cotidiano da sala de aula é essencial para a adoção de uma metodologia de ensino-aprendizagem eficiente (RANGEL, 2005).

O processo de ensino-aprendizagem pressupõe um conhecimento socialmente construído, “supõe diálogo e interação (mental, social), seja por ter a comunicação como requisito, seja porque se realizar em processo de elaboração do conhecimento, inerente a valores culturais, estéticos, que caracterizam a formação humana” (RANGEL, 2005, p. 87). O saber é construído à medida em que aluno e professor compartilham materiais simbólicos apreendidos no contato com as mais diversas instâncias sociais.

Rangel (2005) demonstra ser essencial a utilização de recursos tecnológicos de informação e comunicação no ambiente escolar, favorecendo a aprendizagem e tornando as aulas dinâmicas. Sendo bem estruturada, a relação entre as práticas de ensino-aprendizagem e os processos comunicacionais contemporâneos possibilita novas percepções do aprendizado e fortalece a aprendizagem coletiva. A autora estabelece princípios didáticos comuns a diversos métodos e técnicas de ensino, compreendidos como fundamentais para a aprendizagem coletiva e que ratificam a aproximação entre ensino e mídia. Os processos de escolarização colocarão em relação contígua à realidade daquele que aprende e a daquele que ensina. Dentre eles destaca-se:

- 1) **proximidade** - o ensino-aprendizagem iniciará pelo conhecimento mais próximo possível da vida do aluno, pelos fatores mais imediatos para os mais remotos, do concreto para o abstrato, do conhecimento para o desconhecido.
- 2) **direção** - o professor planejará a aprendizagem, a sequência lógica, estruturada do conhecimento, a clareza de objetivos, as questões essenciais do conteúdo, sem se deter nas questões periféricas.
- 3) **participação** – observar os alunos quanto: atividade, envolvimento, estudo, atenção, trabalho com o conhecimento, organização, disposição, conscientização do valor do estudo, da aprendizagem e seus métodos.
- 4) **espontaneidade** - preservar nos métodos de ensino-aprendizagem, condutas que propiciem a livre manifestação de ideias, a qualificação e o acolhimento das pessoas, a confiança, a iniciativa, a criatividade e a criação, o respeito às diferenças e à pluralidade.
- 5) **vivência** – valorizar conhecimento cotidiano e experiências prévias e atuais dos alunos, associando-as ao conhecimento teórico (RANGEL, 2005, p. 29-31).

Estratégias inovadoras de aprendizagem para a escola contemporânea recorrerão ao uso das TDICs como instrumentos necessários à consolidação da aprendizagem coletiva e ampliação da prática docente. Todavia, não se pode ignorar as inúmeras intempéries, que dificultam o caminho. Destaca-se: a resistência dos gestores escolares em transformar práticas historicamente estabelecidas; a ausência do diálogo entre a família do estudante e a escola; a omissão do poder público na aplicação de recursos (ou a aplicação fundamentada na visão instrumental exclusivamente para o trabalho industrial); e principalmente, a falta de investimento na formação dos docentes.

Considerando a formação, Valente (2005) destaca que para um ambiente escolar ser capaz de atender as demandas de inserção das TDICs ele deve:

Proporcionar ao professor as bases para que possa superar barreiras de ordem administrativa e pedagógica, possibilitando a transição de um sistema fragmentado de ensino para uma abordagem integradora de conteúdo e voltada para a elaboração de projetos temáticos do interesse de cada aluno. Finalmente, deve criar condições para que o professor saiba recontextualizar o aprendido e a experiência vivida durante sua formação para sua realidade de sala de aula, compatibilizando as necessidades de seus alunos e os objetivos pedagógicos que se dispõe a atingir (VALENTE, 2005, p. 30).

Mediante barreiras que impedem a consolidação de uma cultura escolar informatizada, questiona-se se é possível pensar na mediação tecnológica, em um cenário

em que as TDICs saiam do campo teórico e adentrem de maneira efetiva no cotidiano escolar? Seria o PIEC uma resposta ao desafio?

PROGRAMA DE INOVAÇÃO EDUCAÇÃO CONECTADA

No final de dezembro de 2017, o Governo Federal publicou e aprovou, respectivamente, o Decreto Nº 9.204⁹ e a Portaria Nº 1.602¹⁰. O Decreto institui a criação do Programa de Inovação Educação Conectada e a Portaria dispõe sobre a sua implementação nas redes de educação básica municipais, estaduais e do Distrito Federal.

O PIEC propõe que as escolas públicas disponham de recursos para a efetiva inserção das TDICs nas práticas de ensino-aprendizagem. O objetivo do PIEC é “apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica”, e como meta “universalizar o acesso das escolas a ferramentas e plataformas digitais até 2024 (BRASIL, 2017, não paginado). Ainda, segundo o documento, “estudos evidenciam a demanda por diretrizes nacionais para ações de inovação e uso de tecnologia nas escolas, tendo como premissa que a utilização pedagógica das tecnologias da informação é necessária para a melhoria das condições de aprendizagem”.

De acordo com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (2017), a iniciativa governamental se deu através da parceria entre os Ministérios da Educação e o da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e prevê que na primeira fase, 12,8 milhões de alunos e 22,4 mil escolas públicas da educação básica brasileiras sejam contempladas, cobrindo cerca de 33% delas (MEC, 2015).

As escolas são indicadas pelas secretarias municipais, estaduais e distrital de educação básica por meio do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (Simec) no módulo “Educação Conectada”. Além da adesão e a seleção das escolas, devem indicar um articulador e elaborar diagnósticos e Planos Locais de Inovação.

Inicialmente, do ponto de vista da educomunicação, a iniciativa se enquadra nos princípios da mediação tecnológica. Os investimentos demonstram o esforço para inserir a tecnologia no cotidiano da escola, buscam trazer melhorias na infraestrutura das instituições permitindo a ampliação da rede terrestre de banda larga e serviços de

⁹Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2017-pdf/77511-decreto-n9-204-de-23-de-novembro-de-2017-pdf/file> Acesso em: 30 de abr. 2018.

¹⁰Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior-seres/30000-uncategorised/57671-plataforma-integrada> Acesso em: 30 de abr. 2018.

conectividade, rede *wi-fi*, compra de mídias digitais, e até a aquisição de um satélite que pretende levar internet de no mínimo uma velocidade de conexão de 10 *Megabytes* para escolas da zona rural do país (UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, 2017).

A articulação baseou-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996); na estratégia 7.15 do Plano Nacional de Educação – PNE sobre a universalização do acesso à internet e a ampliação das estratégias de implantação de computadores nas escolas da rede pública de educação básica (BRASIL, 2014); além de considerar o item 6º da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, sobre competências específicas de linguagens no ensino fundamental no uso social das TDICs de forma crítica, significativa, reflexiva e ética, incluindo práticas escolares de comunicação, acesso à informação e produção do conhecimento (BRASIL, 2018). Este último item dialoga com as intervenções educacionais em educação para a comunicação.

Como base conceitual o PIEC adotou a Teoria das 4 dimensões, desenvolvida pela Kennisnet¹¹, organização pública holandesa dedicada à inovação das mídias no ensino básico e na formação profissional. Desta teoria foram pensadas quatro dimensões responsáveis por garantir que a tecnologia tenha impacto positivo na educação.

- a) **Visão** - dimensão orientadora do programa, estimulará nos estados e municípios o planejamento da inovação e tecnologia como elementos transformadores da educação, promovendo valores como: qualidade, contemporaneidade, melhoria de gestão e equidade.
- b) **Formação** - dimensão estruturante da política pela qual o MEC disponibilizará materiais, ofertará formação continuada a professores, gestores e articuladores, e, para incluir o componente tecnológico na formação inicial, se articulará com instituições de ensino superior.
- c) **Recursos Educacionais Digitais** - disponibilização de acesso a recursos educacionais digitais e incentivo à aquisição e à socialização de recursos entre as redes de ensino¹².
- d) **Infraestrutura** - ampliação do acesso ao serviço de conectividade e para infraestrutura interna e dispositivos que possibilitem o uso da tecnologia em sala de aula (BRASIL, 2017, não paginado).

O ideal do PIEC é a ação das TDICs nos currículos escolares. Não há como ignorar que pode ser um importante passo para a democratização do acesso às mídias no ambiente escolar, mas obviamente isto também levanta algumas questões sobre a qualidade de aplicação das ações planejadas.

¹¹Disponível em: <https://www.kennisnet.nl/> Acesso em: 30 de abr. 2018.

¹²Sobre este item já foi apresentada a Plataforma Integrada de Recursos Educacionais Digitais, que está disponível em: <https://plataformaintegrada.mec.gov.br/home> Acesso em: 30 de abr. 2018.

Projetos com caráter de política pública, semelhantes ao PIEC, têm sido implantados pelo governo brasileiro desde a década de 1980. Pode-se mencionar o Projeto Brasileiro de Informática na Educação e o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo). Estes programas tinham o objetivo de ampliar a informatização na educação em busca da diversificação do processo de ensino-aprendizagem. O ProInfo, criado em 1997 e remodelado em 2007, passou a denominar-se ProInfo Integrado, voltado “para o uso didático-pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no cotidiano escolar, articulado à distribuição dos equipamentos tecnológicos nas escolas e à oferta de conteúdos e recursos multimídia e digitais [...]” (BRASIL, 2007).

Fazendo uma avaliação acerca da implementação e objetivos do ProInfo/ProInfo Integrado, Hanauer e Abegg (2017) declaram:

Embora este programa apresente grande amplitude de objetivos, sabemos que foi pautado em uma concepção que articula tecnologia e educação de maneira limitada, dado que entende as TIC apenas enquanto *ferramentas de apoio a educação*. Tal concepção objetivava apenas formar os professores numa perspectiva instrumental, com cursos sobre como utilizar determinados softwares, visando animar as dinâmicas pedagógicas e torná-las mais atraentes (HANAUER; ABEGG, 2017, p. 10)

Em consonância com a crítica feita ao ProInfo, teme-se que o PIEC tenha sido implantado majoritariamente para atender a objetivos mercadológicos, por meio dos quais o Estado: a) por ser um dos maiores compradores no país de equipamentos de informática, se rende ou se vende às indústrias do segmento; b) fique refém do capital privado; c) tenha motivações eleitoreiras. Em qualquer uma dessas hipóteses não se constataria uma legítima preocupação com a formação docente e com os resultados educativos e sociais que advém da presença desses equipamentos e da infraestrutura na escola, caso em que o dinheiro público seria transferido para cofres privados sem nenhum retorno para a educação e para a sociedade brasileira.

Garcia coloca em evidência o lastro do Estado com índices de qualidade da educação definidos por institutos internacionais ou mecanismos meramente quantitativos:

A qualidade da educação resume-se ao rendimento escolar, ou à performatividade, estimulando ansiedades e a competição entre escolas e professores. Além disso, as políticas de avaliação nacional intensificam o controle do trabalho escolar e docente, desencadeando expedientes e casuísmos para atingir as médias de desempenho necessárias: o treinamento dos alunos para os exames, as classes de “aceleração”, ou simplesmente a exclusão de alunos das classes

populares, cujos desempenhos possam comprometer a imagem e os índices de desempenho da escola (GARCIA, 2010, p. 453).

Recentemente Martín-Barbero (2017), ao falar sobre a formação escolar ressaltou que os fundamentos para entender o universo sociocultural dos jovens estão presentes no espaço formal de ensino, mas também nas mudanças e costumes. Ressalta que, contraditoriamente, os professores, ao invés de atenderem as demandas da juventude atual, estão lá para agirem conforme as demandas do Estado. Ao comentar a formação docente na Colômbia, demonstra a mesma preocupação crítica que aqui se nutre acerca dos investimentos em programas governamentais:

Por mais que o sistema estatal conceba os programas, eles [professores e educadores] precisam assumir a transformação destes programas para que realmente sirvam a um propósito para a vida das crianças e dos jovens como sujeitos humanos. Isso significa que esses jovens têm vida própria, que há coisas que eles gostam e coisas que eles detestam¹³ (MARTÍN-BARBERO, 2017, não paginado, tradução nossa).

Ainda que se entenda os objetivos do PIEC como essenciais ao avanço de projetos da inter-relação educação/comunicação, assim como creem Hanauer e Abegg (2017), não se pode ignorar que a criação das políticas públicas educacionais no Brasil está imersa em complexo e dinâmico espaço de conflitos de interesses econômicos, políticos, sociais e culturais por parte do Estado.

Assim, para qualquer programa governamental de fomento à implementação das TDICs no ensino formal trazer resultados efetivos, é imprescindível compreender a importância da inovação das práticas didático-pedagógicas no atendimento das demandas dos diversos setores sociais e não apenas dos anseios daqueles que legislam. Pimentel (2012) explana que não adianta aparelhar a escola com equipamentos se não existir uma gestão educativa preocupada em trabalhar o material humano para lidar com as mídias de maneira consciente, libertadora e emancipatória, em outras palavras, uma efetiva educação para a competência midiática.

Além do financiamento dos recursos tecnológicos, é necessário formar o professor para o uso educativo das TDICs, com projetos direcionados ao fortalecimento da cooperação e do desenvolvimento da democracia, somente assim se efetivarão políticas

¹³Por más de que el sistema de Estado haga los programas, ellos [los profesores y los educadores] tienen que asumir la transformación de esos programas para que realmente sirva a la vida de los niños y de los jóvenes como sujetos humanos. Eso significa que tienen vida propia, que hay cosas que les gustan y cosas que les revientan.

educacionais eficientes com o melhor aproveitamento das práticas socioeducativas na interface educação/comunicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas práticas sociais contemporâneas, educação e comunicação passam a manter uma relação simbiótica, enquanto espaços sociais responsáveis pela construção e disseminação do conhecimento. Nesta visão, é possível apreender que o ambiente escolar deve ser um local capaz de gerir as transformações sociais e possibilitar a formação sociocultural dos indivíduos, e isto inclui o aproveitamento significativo das TDICs. Não se pode mais pensar as mídias apenas como meros instrumentos facilitadores de trabalho ou transmissores passivos da informação, mas também como espaços estruturais de poder e importantes instâncias de socialização.

A atual configuração social obriga a escola e seus representantes, em especial o professor, a refletir sobre o papel de agente pedagógico na educação escolar. Espera-se que os educadores busquem expandir as possibilidades de trocas dialógicas e adotar dinamizadas práticas didático-pedagógicas de ensino-aprendizagem, norteadas por princípios como o da proximidade, direção, participação, espontaneidade e vivência, ao mesmo tempo que assumam o protagonismo das TDICs como meios para empoderamento sociocultural e descentralização do saber, entendendo que elas não reduzem a importância da escola na sociedade. São desafios: vencer os obstáculos que impedem o alcance desse ideal; manter distância dos determinismos modernos que orientam muitas das visões que discorrem sobre esta temática; ter consciência da dimensão social das mídias e sua influência determinante no conhecimento prévio dos estudantes; aceitar que a aprendizagem significativa passa pela cultura midiática.

A educomunicação pode ajudar em diversos aspectos: na formação dos docentes e gestores, dirimindo suas inseguranças; propondo metodologias que motivem para a aprendizagem; delineando propostas que suplantem a visão tecnicista e instrumental de uso das TDICs; garantindo a consolidação e a longevidade dos projetos digitais; articulando a expressão pelas artes à tecnologia; capacitando professores e gestores para a produção midiática de material didático entre outros.

Do ponto de vista da educomunicação, o Programa de Inovação Educação Conectada professa metas comuns às áreas de mediação tecnológica e pedagogia da comunicação, passando ao largo de outras áreas que poderiam potencializar as ações

educativas na escola e consolidar o uso das TDICs nas instituições escolares, como as áreas de expressão pelas artes, produção midiática, educação para a comunicação e da gestão da comunicação. Os recursos desta última área seriam utilizados com um objetivo essencial: viabilizar o diálogo entre os membros da unidade escolar, entre a escola e a família e entre a escola e a comunidade. Estes argumentos atestam que ao articular a educomunicação ao PIEC se potencializará e humanizará os resultados do programa, valorizando os recursos públicos nele investidos.

Reconhece-se o potencial do PIEC e a relevância de seus objetivos para os estudantes brasileiros. Entretanto, considerando a escola um aparelho ideológico do estado, permeada por relações de poder e compreendendo os interesses que envolvem a formulação de políticas governamentais da educação, adota-se a postura de cautela ao dimensionar as possibilidades de intervenção dessa política no espaço escolar.

Acompanhando projetos governamentais direcionados à distribuição de recursos tecnológicos e multimidiáticos nas escolas, como o caso citado do ProInfo, percebe-se um constante favorecimento da perspectiva instrumental, quando as TDICs são pensadas como meios para ampliar as demandas da produção industrial. Isso acaba refletindo um modelo educacional, iniciado na década de 1960 e baseado nas teorias behavioristas da aprendizagem, que tinha como fundamento a pedagogia tecnicista voltada para o crescente movimento de industrialização da sociedade.

Portanto, embora se compreenda o PIEC como oportunidade para a escola contemporânea, acredita-se que antes da mera implantação de um recurso tecnológico na sala de aula, é preciso investir na capacitação dos gestores e dos docentes, estimulando o uso consciente destas mídias, bem como desenvolver um plano de gestão escolar que não seja norteado apenas por pressupostos instrumentais ou para o alcance de resultados estatísticos que revelem a presença quantitativa da tecnologia nas escolas brasileiras, atendendo ao interesse de um grupo privilegiado, detentor do poder político. O desafio que ecoa na formação social para a mídia no âmbito da educação formal é implantar políticas públicas que extrapolem indicadores quantitativos, mantendo lastros com o capital social e com a transformação da qualidade da vida da população brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 30 de abr. 2018.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>> Acesso em: 25 de abr. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>> Acesso em: 20 de abr. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes da Política de Inovação Educação Conectada**. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/HoVyfQ>> Acesso em: 01 de mai. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional (ProInfo Integrado)**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/271-programas-e-aco-es-1921564125/seed-1182001145/13156-proinfo-integrado>> Acesso em: 01 de mai. 2018.

CARVALHO, J.S. **Reflexões sobre educação, formação e esfera pública**. Porto Alegre: Penso, 2013.

FONTANA, F. F.; CORDENONSI, A. Z. TDIC como mediadora do processo de ensino-aprendizagem da arquivologia. **Ágora**, Florianópolis, v. 25, nº 51, p. 101-131, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/_repositorio/2015/12/pdf_7222f9181b_0000017894.pdf> Acesso em: 19 de abr. 2018.

GARCIA, M. M. A. Políticas educacionais contemporâneas: tecnologias, imaginários e regimes éticos. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 15, nº 45, p. 445-455, dez. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782010000300004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 de mai. 2018.

HANAUER, M. J.; ABEGG, I. Políticas públicas e programas de incentivo à integração de tecnologias no ensino. **Jornal de Políticas Educacionais**. [S.l.], v. 11, nº 16, p. 1-18, nov. 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/53196>>. Acesso em: 14 de mai. 2018.

MARTÍN-BARBERO, J. Necesitamos jóvenes problemáticos: Jesús Martín Barbero. Entrevista a Gustavo Torrijos. **El Espectador - Colombia2020**, Colômbia, 2017. Disponível em: <<http://colombia2020.elespectador.com/pedagogia/necesitamos-jovenesproblematicos-jesus-martin-barbero>> Acesso em: 30 de mai. 2017.

_____. Reconfiguraciones comunicativas del saber y del narrar. In: _____. **La educación desde la comunicación**.: Barcelona: Editorial Norma. 2002.

MEC. **Censo escolar brasileiro de 2015**. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17044-dados-censo-2015-11-02-materia&Itemid=30192>. Acesso em: 20 maio 2018.

PIMENTEL, N. M. As políticas públicas para as tecnologias de informação e comunicação e educação a distância no Brasil. **Educação em foco**. Juiz de Fora, v. 17, nº 2, p. 83-102 jul./out. 2012. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2013/05/artigo4.pdf>> Acesso em: 14 maio 2018.

PEREIRA, D. M.; SILVA, G. S. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como aliadas para o desenvolvimento. **Caderno de Ciências Sociais Aplicadas**, Bahia, nº 10, p. 151-

174, jul./dez. 2010. Disponível

em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/cadernosdeciencias/article/viewFile/884/891>> Acesso em: 02 jan. 2018.

RANGEL, M. **Métodos de ensino para a aprendizagem e a dinamização das aulas.** Campinas: Papyrus, 2005.

SETTON, M. G. J. Família, escola e mídia: um campo com novas configurações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n°1, p. 107-116, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11659.pdf>> Acesso em: 23 de abr. 2018.

UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO. **Lançamento da Política de Inovação Educação Conectada.** Brasília, 2017. Disponível em: <<https://undime.org.br/noticia/24-11-2017-10-38-undime-participa-do-lancamento-da-politica-de-inovacao-educacao-conectada>> Acesso em: 04 de mai. 2018.

VALENTE, J. A. Pesquisa, comunicação e aprendizagem com o computador: o papel do computador no processo ensino-aprendizagem. In: ALMEIDA, M. E.; MORAN, J. M. **Integração das tecnologias na educação.** Brasília: MEC/Seed, 2005.